

CORREIO PAULISTA

Divulgação MPSP



Sessão marcou último ato da carreira da procuradora

Valderez Abbud se despede do MPSP após 45 anos de carreira

Em sessão emocionante do Órgão Especial, a procuradora Valderez Deusdedit Abbud se despediu do MPSP após 45 anos de carreira. Ela relembrou o início da trajetória, quando havia apenas 18 mulheres na instituição, e deixou mensagem aos mais jovens sobre não desistir dos sonhos e preservar os valores. Procuradores, dirigentes e colegas enalteceram sua postura firme, combativa e humana, destacando sua atuação marcante na defesa da Justiça, da democracia e no fortalecimento do Ministério Público paulista. Diversas falas ressaltaram sua clareza de posições, o apoio aos colegas e o legado que ajudou a transformar a instituição ao longo das décadas. Seu trabalho seguirá como referência para todos sempre.

TJ define lista tríplice para juiz do TRE

O Conselho Superior da Magistratura do TJSP aprovou, em dezembro, o envio de lista sétupla para vaga de juiz substituto do TRE-SP, em razão do término do biênio de Diogo Rais. Na terça-feira (4), o Órgão Especial formou a lista tríplice, por voto secreto, com Karina Penna Neves, Alexandre Jamal Batista e Fernanda Massad de Aguiar Fabretti, que agora segue para análise do presidente da República nos próximos dias para nomeação oficial.

Divulgação TJSP



Magistrado vai se aposentar após 38 anos no TJSP

José Prado Neto recebe homenagens

Integrantes do Conselho Superior da Magistratura, magistrados e convidados homenagearam o desembargador José Aparício Coelho Prado Neto, que se aposentou após 38 anos de dedicação ao Judiciário paulista, durante sessão da 10ª Câmara de Direito Privado do TJSP. Autoridades destacaram sua produtividade, humanidade e trajetória no interior e na Capital. Emocionado, ele agradeceu à família e afirmou ter construído uma carreira da qual se orgulha, marcada por compromisso com a Justiça e respeito aos colegas ao longo dos anos.

Segurança nas escolas paulistas

Dois projetos voltados à segurança nas escolas paulistas foram aprovados na CCJR da Alesp. Um cria o Programa de Proteção ao Aluno e ao Professor, com instalação de câmeras em salas e áreas escolares para prevenir violência. O outro autoriza policiais de folga e reformados a atuarem na segurança armada das unidades, de forma remunerada em todo o estado paulista de ensino.

Acordo Paulista

O Acordo Paulista já renegociou R\$ 58,4 bilhões em dívidas em dois anos, fortalecendo a saúde fiscal do Estado. O 4º edital, com adesão até 27 de fevereiro, bateu recorde com mais de 36 mil acordos e R\$ 6,8 bilhões negociados, baseado na capacidade de pagamento para impulsionar a arrecadação em São Paulo.

TransplantAR

O programa TransplantAR possibilitou a captação e o transporte do coração de um bebê de três meses, no interior paulista, para transplante em uma criança de três anos na capital. Equipes usaram avião e helicóptero para garantir que o órgão chegasse ao Incor dentro do tempo adequado.

Muralha Paulista

O Muralha Paulista integra 94 mil câmeras públicas e privadas em mais de 300 municípios em todo o estado. Com leitura de placas, reconhecimento facial e monitoramento em tempo real, o sistema ajuda a localizar foragidos da Justiça, veículos roubados e pessoas desaparecidas, reforçando a segurança pública.

Monitor na Itália

Educadores das Etecs e Fatescs podem se inscrever até 10 de fevereiro para concorrer à vaga de professor monitor que acompanhará estudante premiado em intercâmbio na Università per Stranieri di Siena, na Itália. O edital foi lançado pelo Centro Paula Souza e prevê curso, ajuda de custo e apoio completo no segundo semestre.

Casa Paulista

O Programa Casa Paulista abrirá inscrições para 14 mil novas moradias em 106 municípios do estado. Além disso, haverá sorteio de 607 unidades na capital, incluindo habitações de interesse social e mercado popular. Do total, 250 moradias serão reservadas a agentes da segurança pública estadual paulista.

Exporta SP

O Exporta SP está com inscrições abertas até 14 de fevereiro para capacitação gratuita voltada ao planejamento de exportações. A iniciativa oferece suporte online a empresas paulistas, com vagas limitadas. Podem participar negócios com CNPJ em SP, tanto iniciantes quanto quem já atua no mercado externo.



Delegado Olim vai presidir a CPI que terá duração de 120 dias

CPI da Alesp investigará descarte de materiais

Colegiado vai apurar o descarte de materiais contaminantes

Por Redação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Descarte de Materiais Contaminantes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo elegeru, nesta quarta-feira (4), o deputado Delegado Olim (PP) como presidente e Thiago Auricchio (PL) como vice-presidente. O objetivo do colegiado é investigar e apurar responsabilidades sobre o descarte de itens potencialmente contaminantes, como medicamentos e equipamentos eletrônicos, por 120 dias. "A CPI irá buscar soluções para proteger a população paulista", disse Delegado Olim.

Já Auricchio afirmou que espera poder colaborar, ao lado dos pares, nessa iniciativa fundamental para o estado. Na mesma votação, Carlão Pignatari (PSDB) foi escolhido pelo presidente como relator do colegiado. "Os trabalhos da CPI prestarão um grande serviço para a população. Aceito com muito orgulho", agradeceu.

No final do encontro, Delegado Olim definiu que os parlamentares apresentem requerimentos para que algumas instituições sejam convidadas para prestar esclarecimentos. Delegacia de Polícia de Investigações sobre o Meio Ambiente (DPMA), Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)

foram algumas das entidades sugeridas pelo presidente. A agenda de reuniões da CPI foi definida para as quartas-feiras, às 11 horas.

Também estiveram presentes na reunião Bruno Zambelli (PL) e Fábio Faria de Sá (Podemos).

O descarte irregular de materiais contaminantes pode poluir solo, água e ar com substâncias tóxicas, afetando ecossistemas e a saúde humana, aumentando riscos de doenças, intoxicações e prejuízos ambientais de longo prazo, além de comprometer a qualidade de vida das comunidades.

O que são as CPIs?

As Comissões Parlamentares de Inquérito são uma das formas de o Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora. São criadas por Ato do Presidente para apurar fato determinado, mediante requerimento de pelo menos um terço dos parlamentares. Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em Lei e no Regimento da Assembleia. Podem determinar diligências, ouvir indiciados e inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos de órgãos e entidades da administração pública, inclusive concessionários de serviços, requerer audiências, determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, tomar depoimentos e requisitar serviços de autoridades, inclusive policiais.